

PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2656>

O tema da alimentação escolar no Brasil pode ser considerado um domínio de intervenção governamental estruturado em torno do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reconhecido como um dos maiores programas de alimentação do mundo. Presente em todos os municípios brasileiros, ele alcança uma média diária superior a 40 milhões de estudantes em período escolar regular, o que lhe confere caráter estratégico para assegurar níveis satisfatórios de segurança alimentar e nutricional em todas as Unidades da Federação (UFs), além de contribuir para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) da população.

Embora a gestão política do programa seja concentrada na União, responsável pela normatização geral e pelo monitoramento de sua implementação, a execução financeira ocorre de forma descentralizada. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal responsável por sua gestão, repassa recursos orçamentários aos demais entes federativos para a compra de gêneros alimentícios, cujos valores são calculados em função do número de estudantes matriculados na rede pública de ensino, cabendo à cada unidade executora fazer anualmente a prestação de contas desses recursos.

Em 2009, o PNAE passou por uma de suas reformulações mais significativas, com a promulgação da Lei nº 11.947, complementada pela Resolução do Conselho Deliberativo (CD)/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Entre as novas diretrizes instituídas está a obrigatoriedade de os entes federativos destinarem no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Com isso, a nova regra de compra abriu um canal de acesso bastante atrativo ao mercado institucional de alimentos para os agricultores familiares por meio da adoção de processos licitatórios simplificados.

Essa interface entre alimentação escolar e agricultura familiar propiciada pela Lei nº 11.947/2009 pode ser problematizada sob uma miríade de dimensões, dado o caráter intersetorial que caracteriza tanto o PNAE (cuja importância vai além do setor educacional, envolvendo também as áreas de saúde, assistência social, entre outras) quanto o próprio público dos agricultores familiares (considerando sua relevância para a discussão de temas como segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, geração de trabalho e renda etc.). Torna-se então razoável supor, como hipótese, que essa maior complexidade institucional tenha despertado o interesse de novos pesquisadores em distintos campos de conhecimento científico, de modo que uma parcela maior das pesquisas que tem como foco empírico o PNAE passe a explorar essa nova dimensão de análise.

Nessa perspectiva, este trabalho visou analisar a produção científica sobre essa relação entre Estado, alimentação escolar e agricultura familiar no Brasil, antes e após a Lei nº 11.947/2009. A coleta dos dados obedeceu à seguinte ordem: i) busca de todos os artigos publicados nas bases escolhidas que tratem sobre alimentação escolar ou PNAE; e ii) verificação entre as publicações identificadas daquelas que possuíam em seu eixo analítico alguma interface com a temática da agricultura familiar. O objetivo foi verificar como esses termos têm sido abordados na literatura, averiguando a diversidade de problematizações e interpretações possíveis que a interface entre eles suscita.

O texto está dividido da seguinte forma. Na seção 2, é realizado um levantamento bibliométrico no intuito de traçar um panorama quantitativo da produção de interesse, cujas pesquisas selecionadas são apresentadas quanto a seus períodos de publicação, áreas de conhecimento, canais de divulgação, abordagens metodológicas e palavras-chave mais

utilizadas. Na seção 3, optou-se por realizar uma categorização temática de todos os trabalhos selecionados, visando identificar os principais assuntos enfatizados, para então destacar as evidências gerais encontradas e sistematizadas a partir de uma revisão qualitativa de seu conteúdo bibliográfico. Na seção 4, apresenta-se uma síntese das evidências encontradas na literatura consultada. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

Pode-se dizer, a partir das análises evidenciadas, que a conexão entre agricultura familiar e alimentação escolar abre um caminho importante para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, com o oferecimento de cardápios de melhor qualidade nutricional no dia a dia de crianças e adolescentes de todo o país. A necessidade de impulsionar a inclusão de alimentos produzidos regionalmente nos cardápios, viabilizando a entrada dos produtores locais nesse mercado, surge então como uma estratégia de diversificação e ampliação do valor nutricional da alimentação escolar, com vistas à melhoria nos processos educacionais propriamente ditos. Os estudos demonstram também aspectos concretos sobre os desafios e os potenciais associados à inserção desse público em mercados institucionais, ao mesmo tempo em que enfatizam fatores possíveis para a potencialização desse instrumento no território brasileiro.

SUMÁRIO EXECUTIVO